



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO DISTRITO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024

(PROC. nº. 0019259-51.2023.4.01.8005)

AMPLA CONCORRÊNCIA

MODO DE DISPUTA ABERTO

A Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal, por intermédio do Pregoeiro, designado pela Portaria SECAD nº 54/2023, de 27 de julho de 2023, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas regulamentações, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e demais legislação aplicável, bem como às condições e exigências deste Edital e seus anexos.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da sessão Pública de Pregão Eletrônico:

DIA: 04 de março de 2024.

HORÁRIO: 14h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras.

Código UASG: 090023

1. DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente Pregão Eletrônico consiste na prestação de serviços de seguros para cobertura total da frota de veículos da Seção Judiciária do Distrito Federal - SJDF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2 - A licitação será realizada por item, conforme planilha constante no ANEXO I - Termo de Referência deste edital.

1.3 - O critério de julgamento adotado será **o menor preço do item (prêmio global)**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4 – Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Sistema de Compras do Governo Federal e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DOS ANEXOS

2.1 - São partes integrantes deste Edital:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Modelo de Proposta;
- c) ANEXO III – Minuta do Contrato.

3. DO VALOR ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - O valor total estimado para a execução do objeto desta licitação é de **R\$ 62.715,93 (Sessenta e dois mil, setecentos e quinze reais e noventa e três centavos)**.

3.2 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade (UG): 00001/090023

Programa de Trabalho: PTRES 168312 - Julgamento de Causas na Justiça Federal

Elemento de Despesa: 33.90.39 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico, os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.2 - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.3 - A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou desta Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4 - Não poderão participar desta licitação:

4.4.1 - Empresário que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitado de licitar ou contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) e do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

4.4.1.1 - Aplica-se o disposto no subitem anterior também ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante;

4.4.2 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.4.2.1 – A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem a alínea acima poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.4.2.2 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.4.3 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.4.4 - sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.4.5 - empresas que se encontrem em processo de dissolução ou liquidação, falência, fusão, cisão ou incorporação;

4.4.5.1 - Na hipótese de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, a participação dependerá de comprovação, respectivamente, da concessão ou da homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, bem como do atendimento aos requisitos de qualificação econômico-financeiro previstos neste Edital.

4.4.6 - sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação

firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU, Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0

4.4.7 - Empresários controladores, controlados ou coligados, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.4.8 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.4.9 - sociedades integrantes de um **mesmo grupo econômico**, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

4.4.10 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da SJDF ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.4.11 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.4.12 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.13 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição acima elencada sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste Edital.

5. DA VISTORIA

5.1. Os representantes das empresas interessadas poderão vistoriar os veículos a serem segurados, acompanhados por um servidor designado pelo NUSIT, de modo a aferirem as condições e procederem ao levantamento de outros elementos necessários ao subsídio das propostas a serem apresentadas.

5.2. A vistoria deverá ser previamente agendada pelo telefone (61) 3221-6470.

5.3. Os representantes/prepostos ou aqueles com delegação para representarem as empresas seguradoras deverão, preencher o formulário de que trata o Anexo I do Termo de Referência, de modo a propiciar à SJDF informações básicas para os contatos que se fizerem necessários após a assinatura da apólice.

5.4. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 – A licitante cadastrará sua proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

6.1.1 – A licitante poderá retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2 - A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **o valor total do item (prêmio), apresentado com apenas duas casas decimais** após a vírgula já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

6.2.1 - Os preços cotados deverão ter alíquota de IOF igual a zero, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 2º do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

6.3 – A proposta, quando solicitada pelo pregoeiro, deverá ser apresentada conforme **Modelo de Proposta – ANEXO II** deste Edital, contendo: descrição **completa** do objeto ofertado, quantidade, preço unitário e total, dados da empresa (razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, correio eletrônico para contato e recebimento/aceite da nota de empenho ou contrato), dados bancários, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela elaboração da proposta.

6.3.1 – A proposta deverá apresentar os valores unitários e total do prêmio, em moeda corrente nacional, com apenas duas casas decimais, expresse, este último, em algarismos e por extenso.

6.3.2 – A proposta deverá conter os bônus existentes nas atuais apólices, conforme ANEXO I – Termo de Referência deste edital, devendo ser concedido os referidos bônus dos veículos para próximo período da vigência das apólices.

6.4 – Juntamente com a proposta deverá ser encaminhada:

6.4.1 - Prova de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que comprove que a seguradora está legalmente autorizada a operar e que se encontra com suas reservas técnicas cobertas e adequadas

6.5 – O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura da sessão pública estabelecida neste edital.

6.6 - A licitante no momento do cadastro da proposta eletrônica, também registrará em campo próprio, as declarações de cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, de elaboração independente de proposta, de obrigar-se a comunicar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo e de que a empresa não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal), entre outras previstas pelo sistema, as quais somente serão visualizadas pelo Pregoeiro, após a fase de lances.

6.7 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.9 - A participação no certame e a apresentação da proposta implicarão plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, não se lhe reconhecendo o direito à arguição de omissões, enganos ou erros posteriores, que encerrem a pretensão de alterar o valor total ofertado.

6.10 - Não serão aceitas propostas com quantidades inferiores às constantes no ANEXO I – Termo de Referência

7. DO PROCEDIMENTO E DA ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as empresas licitantes ocorrerá, exclusivamente, mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.2.1 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1 - Iniciada a fase competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, pelo **valor do item, com apenas 2 (duas) casas decimais**, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.2 - A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema;

8.2.1 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 100,00 (cem reais).

8.2.2- A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.3 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.4 - Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, por item. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.5 - Será adotado para o envio de lances **o modo de disputa aberto**, na forma do disposto no art. 22 da IN SEGES nº 73/2022, em que as empresas licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.5.1- A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.5.2 -A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.5.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.5.4- Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.6 - Após o reinício previsto no item supra, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

8.7 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer operante e acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.

8.7.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridos 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8.8 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou após negociação e decisão do Pregoeiro.

8.9 – Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.9.1 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, conforme disposto no §1º do art. 60 da Lei n. 14.133/2021, desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema.

9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1 - Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro examinará a compatibilidade de preço ofertado pela licitante classificada em primeiro lugar com o valor estimado para a contratação.

9.2 – O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

9.3 - Não sendo compatível o preço e havendo recusa de contraproposta, por parte da primeira colocada, o Pregoeiro recusará sua proposta e direcionará a contraproposta a licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a obtenção do preço julgado aceitável.

9.4 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10. DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 – No julgamento das propostas o Pregoeiro levará em conta, no interesse da Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal, o **critério do menor preço do item (prêmio)** e as condições estabelecidas neste Edital.

10.2 – Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.3 - O pregoeiro solicitará a licitante mais bem classificada que, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.3.1 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.

10.4 – Poderão ser solicitados pelo pregoeiro, durante a sessão pública ou por meio de diligências o envio de **fôlderes, prospectos, catálogos, encartes dos materiais, manuais ou indicação do site do fabricante**, desde que possuam imagens nítidas e descrições técnicas detalhadas do produto ofertado a fim de subsidiar a análise pelo Pregoeiro e/ou pela Unidade Técnica;

10.4.1 – Os documentos quando solicitados deverão ser encaminhados juntamente com a proposta de preços definitiva, por meio do Sistema, no prazo estabelecido neste Edital, contados da solicitação no sistema eletrônico.

10.5 – O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta Justiça Federal do Distrito Federal, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

10.6 – Serão desclassificadas as propostas com vícios insanáveis, que não obedeçam às especificações técnicas deste Edital, que apresentem preços inexequíveis ou permaneçam acima do estimado para a contratação, não corrijam ou não justifiquem as falhas apontadas pelo Pregoeiro.

10.7 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital e seus anexos, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.8- Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.9 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme Art. 34 da IN SEGES 73/2022.

10.9.1 – Serão desclassificadas as propostas que não tiverem **sua exequibilidade** demonstrada, quando exigido pelo pregoeiro por meio de diligência, conforme Parágrafo único do Art. 34 da IN SEGES 73/2022

10.9.2. - Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão

10.10 - A licitante que **abandonar o certame**, deixando de enviar a documentação complementar solicitada no edital ou, eventualmente, pelo Pregoeiro, **terá sua proposta recusada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.**

10.11 – Também não serão admitidas propostas elaboradas em desacordo com os termos deste Edital ou que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes.

11. DA AMOSTRA

11.1. - Não se exigirá amostra para o objeto desta licitação.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.1.1 - SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao disposto no art. 14º, da Lei n.º 14.133/2021;

12.1.2 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> - [§ 4º do art. 91, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.1.2.1 – As consultas realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

12.1.3 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.3.2 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.3.3 - A licitante será convocada para manifestação previamente à sua inabilitação.

12.2 - Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação da licitante vencedora será verificada mediante consulta ao SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

12.2.1 - Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do caput e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, caso não estejam contemplados no SICAF, e a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira da licitante, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras, quando solicitados pelo Pregoeiro.

12.2.2. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, em arquivo único, no **prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada** pelo Pregoeiro.

12.2.2.1 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 39, §6º, da In SEGES nº 73/2022.

12.3 - Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.4- Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, conforme art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

12.5 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos exigidos neste Edital.

12.6 – Da habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006:

12.6.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.6.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.6.3 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração Pública convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

12.7 – Para os efeitos deste Pregão, a licitante será declarada vencedora após a fase de habilitação e antes da etapa recursal.

12.8 - O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8.1 - A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante quando da apresentação da proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro (Acórdão 1211/2021-Plenário TCU).

12.8.2 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.9 – A licitante provisoriamente vencedora em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigada a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.9.1 - Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação da licitante nos remanescentes.

13. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

13.1 – Atendendo aos termos da Lei Complementar nº 123/2006, modificada pela Lei Complementar nº 147/2014 e do Decreto nº 8.538/2015, após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para empresas enquadradas na definição de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas de consumo.

13.1.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas de consumo sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

13.2 – Para efeito do disposto no subitem anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

13.2.1 – a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa de consumo mais bem classificada será convocada para, querendo, apresentar novo lance com preço inferior ao menor lance até então apresentado, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

13.2.2 – não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte, ou cooperativa de consumo na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 13.1.1, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;

13.2.3 – na hipótese de não-contratação nos termos previstos no subitem 13.1.1, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

14. DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. O tratamento de dados pessoais decorrente deste edital enquadra-se nas hipóteses dispostas nos incisos III e V do art. 7º da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

15. DO CÓDIGO DE CONDUTA

15.1 - As partes comprometem-se a observar o Código de Conduta, instituído pela Resolução nº 147/2011, do Conselho da Justiça Federal, bem como a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de discriminação, instituída pela Resolução nº 351/2020 – CNJ.

16. DOS RECURSOS

16.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

16.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de **10 (dez) minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

16.2.1 – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

16.2.2 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita, deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo do recorrente.

16.3 - O recurso interposto e admitido terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente

16.4 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

16.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.6 - Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará este procedimento de licitação e determinará a contratação.

16.7 - Os autos do processo eletrônico permanecerão com vista franqueada aos interessados.

17. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

17.1 - A adjudicação do objeto desta licitação será realizada por **item**.

17.2 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento.

18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1 - O prazo de vigência desta contratação é de 1 (um) ano, contado da sua assinatura eletrônica, observado o disposto no §3º do art. 132 da Lei nº 10.406/2022 – Código Civil Brasileiro e prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

19. DAS CONDIÇÕES INICIAIS DE CONTRATAÇÃO

19.1 - A contratação do objeto da presente licitação será efetuada mediante instrumento próprio, conforme preceitua o art. 91 e 92 da Lei nº 14.133, de 2021, do qual farão parte integrante todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, independentemente de transcrição, bem como a documentação e a proposta da licitante vencedora, naquilo que não contrariar os termos deste Edital, com previsão de adaptação às normas vigentes.

19.2 - Previamente à assinatura do contrato, a Administração realizará consulta “*on line*” ao SICAF, para verificação da regularidade da adjudicatária. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

19.3 – A empresa vencedora será convocada para assinar eletronicamente o contrato, conforme **ANEXO III - Minuta do Contrato**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, podendo este ser prorrogado, a pedido da adjudicatária, em conformidade com o art. 90, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021. Em não o fazendo, aplicar-se-ão as disposições contidas no art. 90, § 5º da mesma lei.

19.3.1- A Administração comunicará, via *email*, a necessidade de assinatura do contrato, momento em que expedirá instruções necessárias para eventual cadastramento.

19.3.2 - A assinatura do contrato se dará mediante *login* e senha fornecidos pelo Tribunal Regional Federal 1ª Região, após o devido cadastro da licitante no Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

19.4 – Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato injustificadamente, será convocada outra licitante, na ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e legais cabíveis.

19.5 - A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura.

19.6 - As obrigações da Contratada, da Contratante e demais condições contratuais estão estabelecidas no **ANEXO III** - Minuta de Contrato deste Edital.

20. DA EXECUÇÃO

20.1 - A Execução do contrato reger-se-á pelo Capítulo VI, VII e VIII (arts 115 ao 139) da Lei nº 14.133, de 2021.

21 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 - A licitante ou a Contratada serão responsabilizadas, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, pelo cometimento das seguintes infrações administrativas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. A administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência, aplicada como instrumento de correção de conduta acessória, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- b) os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da vedação ao *bis in idem*;
- c) as causas excludentes de culpabilidade;
- d) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- e) as peculiaridades do caso concreto;
- f) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- g) os danos que dela provierem para a Administração;
- h) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle e as diretrizes da Resolução CNJ n. 410, de 23 de agosto de 2021;

21.3.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.3.2. As penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133/2021 e são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/2021.

21.3.3 - A Administração pode, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor presumido da multa, concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo sancionatório, no qual será assegurado à contratada o direito ao contraditório e a ampla defesa.

21.4 - Quando a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

21.5 - Assinado o termo de contrato – ANEXO III deste edital, prevalecerão as sanções nele estabelecidas

22. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

22.1 – Observada a antecedência mínima **de até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão, qualquer pessoa poderá impugnar este edital, até às 19h do prazo legal - horário de expediente desta Seção Judiciária - mediante termo dirigido ao Pregoeiro, exclusivamente na forma eletrônica, para os *e-mails* selic.df@trf1.jus.br e selic.df@gmail.com.

22.1.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico selic.df@trfl.jus.br e selic.df@gmail.com.

22.3 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão divulgadas no sistema eletrônico oficial para os interessados, no prazo de **até 3 (três) dias úteis** contados da data do seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 - As obrigações da Contratada e da Contratante, condições de pagamento e as sanções por descumprimento às obrigações contratuais estão estabelecidas na Minuta do Contrato ANEXO III deste Edital.

23.1.1 – A licitante vencedora tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art 92, XVI da Lei nº 14.133/2021.

23.2 - As decisões do Pregoeiro serão consideradas definitivas somente após terem sido homologadas pela Autoridade Competente da Justiça Federal do Distrito Federal.

23.3 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5 - O mero desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, sem prejuízo dos princípios basilares da Administração Pública.

23.6 - Alterações das condições deste Edital, bem como informações adicionais, serão divulgadas na *homepage* desta Justiça Federal do Distrito Federal (<https://portal.trfl.jus.br/sjdf/transparencia/transparencia/transparencia.htm>) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP - (www.gov.br/pncp/pt-br), devendo as licitantes acessá-las para ciência.

23.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos para este procedimento licitatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, só se iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente na SJDF e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

23.8 - A eventual tolerância a qualquer infração ao disposto neste instrumento não implicará aceitação, novação ou precedente.

23.9 - No caso de problemas que dificultem ou impossibilitem a remessa de qualquer documentação, via Sistema de Compras do Governo Federal, após autorização expressa do Pregoeiro, poderá a empresa encaminhar para o e-mail da SELIC (selic.df@trfl.jus.br e selic.df@gmail.com).

23.9.1 – Para o deferimento do pleito pelo Pregoeiro, a empresa deverá solicitar e justificar o motivo de não poder postar a documentação via Sistema de Compras do Governo Federal.

23.10 - É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.11 - Não serão considerados novos os documentos e/ou informações que possam ser obtidos mediante consulta gratuita, aberta a qualquer interessado, a bancos de dados de órgãos e/ou entidades públicos, privados e/ou de caráter público, que estejam disponíveis na rede mundial de computadores.

23.12 - Após encerramento da sessão pública, toda e qualquer comunicação/informação/notificação/intimação e envio de documentos (ata, contrato, nota de empenho e demais documentos) à licitante será feita pelo e-mail cadastrado no Portal de Compras do Governo Federal, ou outro que o substitua, apontado formalmente em sua proposta.

23.12.1 - É de exclusiva responsabilidade da licitante o fornecimento e manutenção de e-mail atualizado.

23.12.2 - Em caso de inobservância do previsto no subitem anterior, a Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação via postal/pessoal.

23.13 - A presente licitação, no interesse do serviço público, poderá ser adiada, revogada ou anulada, sempre com despacho fundamentado, conforme disposto no artigo 71 da Lei 14.133/2021.

23.14 - Aplica-se, subsidiariamente, à presente licitação, a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, a Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022 e a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

23.15 - Os casos omissos serão decididos, conforme o caso, pelo Pregoeiro ou autoridade competente, com base na legislação vigente.

23.16 - Mais esclarecimentos quanto ao procedimento licitatório poderão ser obtidos pelos telefones (0xx61) 3221-6403 / 3221-6404 / 3221-6405/ 3221-6406, ou no endereço SAUS, Quadra 2, Bloco G, anexo, CEP: 70.070-933, no horário de 14h às 18h.

Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2024.

Weberson Pereira da Silva
Pregoeiro
JFDF

ANEXO I DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Prestação de serviços de seguros para cobertura total da frota de veículos da Seção Judiciária do Distrito Federal - SJDF.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação pretendida objetiva a cobertura dos veículos da Seção Judiciária do Distrito Federal contra sinistros, garantindo assim a recomposição ao erário, em face de tais ocorrências, durante os trabalhos a cargo da Seção de Segurança, Vigilância e Transportes - SEVIT.

2.2. Trata-se de cobertura securitária prevista em exigência normativa sendo indispensável para o serviço de transporte Institucional .

2.3. O objeto pretendido está perfeitamente alinhado com os macrodesafios de aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária estabelecidos no Plano Estratégico da Justiça Federal 2021/2026, normatizado pela Resolução CJF nº 325/2020.

2.4. O Contrato SJ/DF nº 17/2019 ([7934181](#)), celebrado com a SEGUROS SURA S/A encerra sua vigência em 12/03/2024 sendo necessário nova contratação para manutenção da cobertura securitária.

2.5. Aquisição prevista no PAC 2024 demanda ID- NUSIT_ 02.

3. BASE LEGAL

3.1 A unidade demandante recomenda que a contratação seja realizada por meio da modalidade Pregão, com fulcro no inciso XLI, do artigo 6º, da lei nº 14.133/21, Instrução, Normativa SEGES/ME nº 73/2021 e demais legislações aplicáveis.

4. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. Descrição do SERVIÇO:

ITEM	SERVIÇO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO SICAM/ CAMAT-BR
01	Seguro total da frota SJDF	Seguro com cobertura total de todos os veículos da frota da SJDF ou a serviço desta, contra riscos derivados da circulação, das despesas indispensáveis ao salvamento e ao transporte até a oficina ou local adequado mais próximo do acidente (assistência 24 horas, com guincho) e das indenizações ou prestação de serviços correspondentes às cláusulas de cobertura do seguro, conforme discriminado	

	<p>seguir:</p> <p>a) Roubo ou furto total, bem como danos causados por tentativa de roubo ou furto;</p> <p>b) colisão com outros veículos e objetos fixos, pessoas ou animais, abalroamento e capotagens, ainda que causados por terceiros; incêndio ou explosão que resultem de atos danosos, ainda que praticados por terceiros;</p> <p>c) Incêndio ou explosão quer resultem de atos danosos, ainda que praticado por terceiros;</p> <p>d) quedas acidentais em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo, que dele não faça parte integrante, ou não estejam nele fixados, como também de carga por ele transportada;</p> <p>e) acidente durante o transporte do veículo por qualquer meio comum e apropriado;</p> <p>f) submersão total ou parcial do veículo em água proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;</p> <p>g) chuva de granizo, furacão e terremotos;</p> <p>h) danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros;</p> <p>i) responsabilidade civil facultativa (RCF-danos materiais e corporais);</p> <p>j) acidente pessoal de passageiros (APP - morte ou invalidez);</p> <p>1- danos materiais , não inferior a R\$100.000,00.(cem mil reais)</p> <p>2- danos corporais , não inferior a R\$ 100.000,00.(cem mil reais)</p> <p>k) Acidente de passageiros (APP- morte ou invalidez)</p> <p>1-morte por passageiro, não inferior a R\$15.000,00 (quinze mil reais);</p> <p>2- invalidez por passageiro, não inferior a R\$15.000,00 (quinze mil reais).</p> <p>l) Indenização integralmente a contratante em caso de danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observado os valores atualizados apurados na tabela FIPE- mínimo 100 (cem por cento para os veículos segurados.</p> <p>m) Indenização integralmente a contratante em caso de danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observado os</p>	
--	---	--

		<p>valores atualizados apurados na tabela FIPE- mínimo 100 (cem por cento) somado do valor da blindagem que para efeitos desta contratação avalia-se em R\$145.000,00.</p> <p>* Todos os veículos blindados (Bronco /SGY1D9 item 3, Trailblazer/OVS-7931 item17 ,Trailblazer/QOI-0942 item 18 e Outlander/RED7I75 item 21) são do nível IIIA e tipo completa.</p> <p>- valor da franquia terá como parâmetro os valores estabelecidos na tabela do Item 17 deste Termo de Referência, para todos os veículos.</p> <p>- Os veículos a serem segurados são os relacionados na tabela do Item 17 deste Termo de Referência.</p>	
--	--	--	--

4.2. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Comprasnet (código CAMAT-BR) e as especificações técnicas constantes deste instrumento convocatório, prevalecerão as últimas.

4.3. A subcontratação deverá ser autorizada pela administração.

5. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

5.1. A apólice de seguro contratada, cartões dos veículos e qualquer outro documento exigido pela SUSEP deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do início da vigência do contrato .

5.2. Os documentos citados no item 5.1 deverão ser enviados para o e-mail: nusit.df@trfl.jus.br, do Núcleo de Segurança Institucional - NUSIT, com confirmação de recebimento. Telefone para contato: (61) 3221-6470..

6. DA PROPOSTA

6.1. É de inteira responsabilidade da empresa o preenchimento exato de suas propostas, pois não serão admitidas alegações de omissões, enganos ou erros posteriores à sua apresentação, com a finalidade de alterar os valores ofertados ou de não fornecer o objeto/executar o(s) serviço(s) de que trata este Termo de Referência.

6.2. No preço proposto deverão estar computadas todas as despesas com o transporte, frete, instalação, desinstalação, os tributos, as tarifas, os impostos, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, as taxas, o prêmio de seguro e demais despesas de quaisquer naturezas, que se façam indispensáveis ao fornecimento do objeto da contratação.

6.3. As empresas deverão apresentar propostas em que constem, além do quantitativo, o preço unitário e total do(s) item(ens).

6.4. As propostas das empresas interessadas na licitação deverão ser apresentadas em papel timbrado, datadas e assinadas, contendo obrigatoriamente:

- a) razão social;
- b) CNPJ;
- c) endereço;
- d) e-mail;
- e) cidade;
- f) unidade da federação;
- g) CEP;
- h) número de telefone/fax;
- i) especificação do objeto;
- j) marca e modelo do objeto;
- k) valores unitário e total do(s) item(ns), se for o caso, e do objeto, em algarismos e por extenso;
- l) prazo de validade da proposta;
- m) prazo de entrega;
- n) prazo de garantia do objeto;
- o) dados bancários, com os códigos do banco e da agência e o número da conta corrente;
- p) informação de que no preço proposto estão computadas todas as despesas com o transporte, os tributos, as tarifas, os impostos, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, as taxas, o prêmio de seguro e demais despesas de quaisquer naturezas, que se façam indispensáveis ao fornecimento do objeto da contratação.

6.5. Os preços cotados deverão ter alíquota de IOF igual a zero, em conformidade com o disposto § 3º do art. 2º do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007;

6.6. Os valores cotados para as franquias deverão, sob pena de recusa da proposta, obedecer aos valores máximos estabelecidos, conforme tabela constante do Item 16 deste Termo de Referência.

6.7. A Contratada independentemente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus existentes nas atuais apólices, conforme item 16 considerando em suas propostas de preços o bônus a conceder para próximo período da vigência das apólices.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. As empresas participantes da licitação deverão apresentar carta da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a sua regularidade em operar no mercado segurador brasileiro no ramo de veículos.

7.2. A carta da SUSEP deverá ser apresentada preliminarmente à contratação, sob pena de desclassificação e penalização legal.

8. VISTORIA

8.1. Os representantes das empresas interessadas poderão vistoriar os veículos a serem segurados, acompanhados por um servidor designado pelo NUSIT, de modo a aferirem as condições e procederem ao levantamento de outros elementos necessários ao subsídio das propostas a serem apresentadas.

8.2. A vistoria, deverá ser previamente agendada pelo telefone 0XX(61) 3221-6470.

8.3. Os representantes/prepostos ou aqueles com delegação para representarem as empresas seguradoras deverão, preencher o formulário de que trata o anexo I deste Termo de Referências, de modo a propiciar à SJDF informações básicas para os contatos que se fizerem necessários após a assinatura da apólice.

8.4. Os veículos constantes da Relação de Veículos da Frota da Justiça Federal (Item 16) se encontram segurados até sob a apólice de número 20015690 sura 2023 (17723204), da seguradora SEGUROS SURA S/A.

9. DA VIGÊNCIA

9.1. O contrato proveniente desta contratação terá vigência de um ano , podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do artigo 107 da lei nº 14.133/21.

10. DO RECEBIMENTO

10.1. O objeto contratado será recebido:

10.1.1. Provisoriamente, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da entrega da apólice, para verificação da conformidade do objeto e aferição do direito ao pagamento;

10.1.2. Definitivamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento provisório.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Designar servidor do seu quadro de pessoal para receber o objeto e conferir as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características previamente estabelecidas;

11.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados ao objeto pactuado;

11.3. Permitir e facilitar a vistoria aos veículos a serem segurados.

11.4. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

- 11.5. Apresentar à contratada documentação referente ao pagamento do prêmio do seguro.
- 11.6. Fornecer todas as informações ou esclarecimentos relativos a documentos e condições necessários para a cobertura dos veículos objeto deste Termo de Referência.
- 11.7. Informar a contratada sempre que houver transferência de veículo.
- 11.8. Comunicar, por escrito, à contratada quaisquer irregularidades verificadas durante a vigência da apólice.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Obedecer às especificações do objeto, constantes deste Termo de Referência, da proposta apresentada, cumprindo o prazo estabelecido;
- 12.2. Emitir e entregar à contratante a apólice de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato.
- 12.3. O seguro deverá cobrir os veículos contra prejuízos e despesas devidamente comprovados e decorrentes dos riscos, até o valor das importâncias seguradas.
- 12.4. A apólice de seguro deverá conter as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
- 12.5. Preencher e entregar à contratante, juntamente com a apólice, o formulário de que trata o anexo I deste Termo de Referência, contendo os dados dos representantes/prepostos ou daqueles com delegação para representarem as empresas seguradoras, junto a esta JFDF.
- 12.6. Oferecer serviço de assistência 24 horas, com guincho, em todo o território nacional.
- 12.7. Emitir documento que contenha os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias, vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem os riscos, assim como modificações que produzam durante a vigência da apólice.
- 12.8. Ocorrendo sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que este tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se a contratante cobrir o débito até a data do vencimento.
- 12.9. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido no prazo de 7 (sete) dias úteis, após comunicado pela contratante (entende-se por regularização a autorização para o conserto do veículo).
- 12.10. A contratada será a única e total responsável perante a contratante, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros.
- 12.11. A contratante ficará liberada da franquia nos casos de perda total dos veículos (incêndio, danos materiais, explosões e suas consequências).
- 12.12. Atender aos chamados da contratante para remoção dos veículos sinistrados no prazo máximo de 2 (duas) horas.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado mediante crédito bancário em conta-corrente da Contratada, devendo o documento fiscal vir acompanhado das ordens de serviços emitidas, do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT, todos válidos na data do efetivo pagamento.

13.2. O pagamento dar-se-á no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório.

13.3. Para comprovação da regularidade fiscal, os documentos citados no item 13.1. poderão ser substituídos pelo Relatório SIASG/SICAF, que será acostado aos autos do processo de pagamento pela CONTRATANTE, por ocasião da verificação da nota fiscal."

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Fica estipulado o percentual de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento), por dia útil, calculado sobre o valor total contratado relativo ao serviço prestado, a título de multa de mora, por descumprimento de obrigação contratual, no cumprimento de prazos previstos neste Termo de Referência, e por hora quando se referir a hora, independentemente de notificação.

14.2. A aplicação de multa é limitada a 20 (vinte) dias úteis, sendo esta a data-limite para o cumprimento da obrigação, independentemente de notificação.

14.2.1 A aplicação de multa por hora de atraso é limitada a 12 (doze) horas, independentemente de notificação.

14.3. No caso de inexecução total, a Administração aplicará a multa de 10% (dez por cento) e, de inexecução parcial, aplicará multa de 5% (cinco por cento), ambas sobre o valor total contratado.

14.4. Caso a contratada não possa cumprir o(s) prazos estipulado(s) neste documento, deverá apresentar justificativa por escrito até o vencimento destes, ficando a critério da contratante a sua aceitação.

14.5. A solicitação de prorrogação deverá ser encaminhada e protocolada na Secretaria Administrativa - SECAD.

15. DA ADJUDICAÇÃO

15.1. A unidade solicitante opta pela adjudicação do objeto deste Termo de Referência por item.

16 DA SUSTENTABILIDADE

16.1. Deve-se utilizar meios eletrônicos de comunicação em toda esta contratação como, por exemplo, e-mails para estabelecer contato, obter informações, envio e recebimento de documentos (edital, contrato, apólice, boleto de pagamento de prêmio, ordem bancária, etc.)

17. DO VALOR ESTIMATIVO

17.1 O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 62.715,93 (sessenta e dois mil, setecentos e quinze reais e noventa e três centavos).

IDENTIFICAÇÃO DO VEICULO						ANO /	COMB.	VALOR MÁXIMO FRANQUIA	CLASSE DE BÔNUS	VALOR DE MERCADO
ORD. MARCA			PLACA	CHASSI	RENAVAM	MODELO				
1	FIAT	PALIO WEKEEND ELX 1.4 MPI FIRE FLEX 8V	JJU-1331	9BD17301MA4311092	201971143	2010 / 2010	FLEX	R\$2.500,00	IV	R\$27.738,00
2	FIAT	FIORINO FURGÃO CELEB. EVO 1.4 FLEX 8V 2P	PAC-6497	9BD26512MF9034292	1040130795	2015 / 2015	FLEX	R\$2.500,00	V	R\$47.532,00
3	FORD	*BRONCO S WILLD 2.0 GAS.	SGY1D91	3FMCR9E92PRD58723	1366706541	2023 / 2023	GASOLINA	R\$7.000,00	0	R\$374.874,00
4	GM	COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	PBE-1036	9BGJC6920JB173481	1134338756	2017 / 2018	FLEX	R\$2.500,00	V	R\$53.161,00
5	GM	COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	PBE-1037	9BGJC6920JB173021	1134340033	2017 / 2018	FLEX	R\$2.500,00	V	R\$53.161,00
6	GM	COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	PBE-1038	9BGJC6920JB172501	1134341498	2017 / 2018	FLEX	R\$2.500,00	III	R\$53.161,00
7	GM	COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	PBE-1039	9BGJC6920JB172913	1134343490	2017 / 2018	FLEX	R\$2.500,00	V	R\$53.161,00
8	GM	COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	PBE-1040	9BGJC6920JB173365	1134344497	2017 / 2018	FLEX	R\$2.500,00	V	R\$53.161,00
9	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	REI5J48	9BGEA69H0MG102204	1248976085	2020 / 2021	FLEX	R\$2.500,00	III	R\$73.765,00
10	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	SGP0J84	9BGEB69H0PG165200	1324143263	2022 / 2023	FLEX	R\$2.500,00	I	R\$85.272,00
11	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	SGP0J92	9BGEB69H0PG162636	1324140655	2022 / 2023	FLEX	R\$2.500,00	I	R\$85.272,00
12	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	SGP1A07	9BGEB69H0PG142653	1324142585	2022 / 2023	FLEX	R\$2.500,00	I	R\$85.272,00
13	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	SGQ4A76	9BGEB69H0PG221683	1330794076	2022 / 2023	FLEX	R\$2.500,00	I	R\$85.272,00

14	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	SGQ4A79	9BGEB69H0PG220869	1330794858	2022 / 2023	FLEX	R\$2.500,00	I	R\$85.272,00
15	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX MEC	SGQ4A80	9BGEB69H0PG230494	1330795358	2022 / 2023	FLEX	R\$2.500,00	I	R\$75.747,00
16	GM	S10 CD LT 2.8	SSF5G19	9BG148FK0RC406855	1373142097	2023 / 2024	DIESEL	R\$7.000,00	0	R\$214.960,00
17	GM	*TRAILBLAZER LTZ 3.6 V6 AUT.	OVS-7931	9BG156MD0EC468636	1036545412	2014 / 2014	GASOLINA	R\$7.000,00	IV	R\$248.167,00
18	GM	*TRAILBLAZER LTZ 3.6 V6 AUT.	QOI-0942	9BG156MB0KC404584	1151960125	2018 / 2019	GASOLINA	R\$7.000,00	I	R\$292.388,00
19	GM	VERANEIO CUSTON DE LUXE 4.1	JFO-4857	9BG257NHMMC015990	4995074	1991 / 1991	GASOLINA	R\$2.500,00	V	R\$29.484,00
20	HYUNDAI	HR 2.5 TCI DIESEL (RS/RD)	PBF-8661	95PZBN7KPJB073286	1143183891	2017 / 2018	DIESEL	R\$2.500,00	IV	R\$101.308,00
21	MMC	*OUTLANDER 3.0 HPES	RED7I75	JMYXLGF4WLZA00211	1228176857	2019 / 2020	GASOLINA	R\$7.000,00	IV	R\$307.862,00
22	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0431	93YLM2M1H8J998172	954725271	2008 / 2008	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$18.643,00
23	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0461	93YLM2M1H8J998124	954881893	2008 / 2008	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$18.643,00
24	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0471	93YLM2M1H8J998199	954883047	2008 / 2008	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$18.643,00
25	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0491	93YLM2M1H8J992354	954906225	2007 / 2008	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$18.087,00
26	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0501	93YLM2M1H8J985302	954907353	2007 / 2008	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$18.087,00
27	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0511	93YLM2M1H8J998210	954908538	2008 / 2008	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$18.643,00
28	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0521	93YLM2M1H8J995429	954911059	2008 / 2008	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$18.643,00
29	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0531	93YLM2M1H8J998094	954915097	2008 / 2008	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$18.643,00
30	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0541	93YLM2M1H8J986882	954916328	2007 / 2008	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$18.087,00
31	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3177	93YLM2M1H7J832526	915731371	2007 / 2007	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$18.087,00
32	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3187	9BD17241C53135376	915741067	2007 / 2007	FLEX	R\$2.500,00	II	R\$18.087,00

33	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3197	93YLM2M1H7J834062	915735547	2007 / 2007	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$18.087,00
34	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3457	93YLM2E1H7J797551	915729407	2006 / 2007	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$17.645,00
35	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3467	93YLM2M1H7J817780	915742608	2007 / 2007	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$18.087,00
36	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3497	93YLM2M1H7J829453	915734443	2007 / 2007	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$18.087,00
37	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3507	93YLM2M1H7J833083	915736640	2007 / 2007	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$18.087,00
38	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3517	93YLM2M1H7J818067	914525794	2007 / 2007	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$18.087,00
39	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JKH-8153	93YLM2E1H7J729577	899336760	2006 / 2007	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$17.645,00
40	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JKH-8183	93YLM2E1H7J717785	899346820	2006 / 2007	FLEX	R\$2.500,00	VIII	R\$17.645,00
41	RENAULT	LOGAN DYNAMIQUE HI-FLEX 1.6 8V 4P	PAC-9625	93Y4SRD64FJ744544	1040557322	2015 / 2015	FLEX	R\$2.500,00	V	R\$37.236,00
42	RENAULT	MASTER 2.3 dCi EXECUTIVE LONGO 16L	PAC-9626	93YVE34MEFJ495891	1040555532	2014 / 2015	FLEX	R\$5.000,00	VII	R\$130.743,00
43	RENAULT	FLUENCE SEDAN DYNAMIQUE 2.0 16V AUT	PAC-9627	8A1LZLH0TFL647293	1040554439	2014 / 2015	FLEX	R\$2.500,00	I	R\$40.884,00
44	RENAULT	MASTER 2.3 dCi EXECUTIVE LONGO 16L	REI8E18	93YMAFEXCMJ673996	1247242118	2020 / 2021	FLEX	R\$5.000,00	III	R\$199.330,00
Valor da frota										R\$3.239.846,00
valor estimado da contratação										R\$ 62.715,93
* VEÍCULOS BLINDADOS										

ANEXO I
INFORMAÇÕES DA SEGURADORA

CONTRATO SJ/DF nº
OBJETO:
DADOS DA EMPRESA
Razão Social
Nome Fantasia:
CNPJ/MF:
Endereço:
Telefone: Fax:
CEP: Cidade: UF:
E-mail:
Obs.:
DADOS DO PREPOSTO:
Nome:
RG: CPF:
Cargo/Função:
Telefone Fixo:
Telefone Celular:
E-mail:
Nome/ Telefone do substituto eventual:
Responsável pelas informações fornecidas

ANEXO II DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024

MODELO DE PROPOSTA

Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Fone:	Fax:	

ITEM	SERVIÇO	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTDE	VALOR TOTAL do Premio R\$
01	Seguro total da frota SJDF	<p>Seguro com cobertura total de todos os veículos da frota da SJDF ou a serviço desta, contra riscos derivados da circulação, das despesas indispensáveis ao salvamento e ao transporte até a oficina ou local adequado mais próximo do acidente (assistência 24 horas, com guincho) e das indenizações ou prestação de serviços correspondentes às cláusulas de cobertura do seguro, conforme discriminado seguir:</p> <p>a) Roubo ou furto total, bem como danos causados por tentativa de roubo ou furto;</p> <p>b) colisão com outros veículos e objetos fixos, pessoas ou animais, abalroamento e capotagens, ainda que causados por terceiros; incêndio ou explosão que resultem de atos danosos, ainda que praticados por terceiros;</p> <p>c) Incêndio ou explosão quer resultem de atos danosos, ainda que praticado por terceiros;</p> <p>d) quedas acidentais em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo, que dele não faça parte integrante, ou não estejam nele fixados, como também de carga por ele transportada;</p> <p>e) acidente durante o transporte do veículo por qualquer meio comum e apropriado;</p> <p>f) submersão total ou parcial do veículo em água proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;</p> <p>g) chuva de granizo, furacão e terremotos;</p> <p>h) danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros;</p> <p>i) responsabilidade civil facultativa (RCF-danos materiais e corporais);</p> <p>j) acidente pessoal de passageiros (APP - morte ou invalidez);</p>	Serviço	1	R\$

	<p>1- danos materiais , não inferior a R\$100.000,00.(cem mil reais)</p> <p>2- danos corporais , não inferior a R\$ 100.000,00.(cem mil reais)</p> <p>k) Acidente de passageiros (APP- morte ou invalidez)</p> <p>1-morte por passageiro, não inferior a R\$15.000,00 (quinze mil reais);</p> <p>2- invalidez por passageiro, não inferior a R\$15.000,00 (quinze mil reais).</p> <p>l) Indenização integralmente a contratante em caso de danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observado os valores atualizados apurados na tabela FIPE- mínimo 100 (cem por cento para os veículos segurados.</p> <p>m) Indenização integralmente a contratante em caso de danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observado os valores atualizados apurados na tabela FIPE- mínimo 100 (cem por cento) somado do valor da blindagem que para efeitos desta contratação avalia-se em R\$145.000,00.</p> <p>* Todos os veículos blindados(Bronco /SGY1D9 item 3,Trailblazer/OVS-7931 item17 ,Trailblazer/QOI-0942 item 18 e Outlander/RED7I75 item 21) são do nível IIIA e tipo completa.</p> <p>- valor da franquia conforme proposta</p>			
--	--	--	--	--

Valor total por extenso:

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:		
GARANTIA:		
BANCO (COD.):	AGÊNCIA (CÓD.):	CONTA-CORRENTE:
PRAZO DE ENTREGA:		

IDENTIFICAÇÃO DO VEICULO						ANO /	COMB.	VALOR MÁX FRANQUIA	CLASSE DE BÔNUS	VALOR DE MERCADO	VALOR FRANQUIA R\$	VALOR DO PREMIO R\$
ORD.	MARCA	MODELO	PLACA	CHASSI	RENAVAM	MODELO						
1	FIAT	PALIO WEKEEND ELX 1.4 MPI FIRE FLEX 8V	JJU-1331	9BD17301MA4311092	201971143	2010 / 2010	FLEX		IV	R\$27.738,00		
2	FIAT	FIORINO FURGÃO CELEB. EVO 1.4 FLEX 8V 2P	PAC-6497	9BD26512MF9034292	1040130795	2015 / 2015	FLEX		V	R\$47.532,00		
3	FORD	*BRONCO S WILLD 2.0 GAS.	SGY1D91	3FMCR9E92PRD58723	1366706541	2023 / 2023	GASOLINA		0	R\$374.874,00		
4	GM	COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	PBE-1036	9BGJC6920JB173481	1134338756	2017 / 2018	FLEX		V	R\$53.161,00		
5	GM	COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	PBE-1037	9BGJC6920JB173021	1134340033	2017 / 2018	FLEX		V	R\$53.161,00		
6	GM	COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	PBE-1038	9BGJC6920JB172501	1134341498	2017 / 2018	FLEX		III	R\$53.161,00		
7	GM	COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	PBE-1039	9BGJC6920JB172913	1134343490	2017 / 2018	FLEX		V	R\$53.161,00		
8	GM	COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	PBE-1040	9BGJC6920JB173365	1134344497	2017 / 2018	FLEX		V	R\$53.161,00		
9	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	REI5J48	9BGEA69H0MG102204	1248976085	2020 / 2021	FLEX		III	R\$73.765,00		
10	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	SGP0J84	9BGEB69H0PG165200	1324143263	2022 / 2023	FLEX		I	R\$85.272,00		
11	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	SGP0J92	9BGEB69H0PG162636	1324140655	2022 / 2023	FLEX		I	R\$85.272,00		
12	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	SGP1A07	9BGEB69H0PG142653	1324142585	2022 / 2023	FLEX		I	R\$85.272,00		
13	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	SGQ4A76	9BGEB69H0PG221683	1330794076	2022 / 2023	FLEX		I	R\$85.272,00		
14	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	SGQ4A79	9BGEB69H0PG220869	1330794858	2022 / 2023	FLEX		I	R\$85.272,00		
15	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX MEC	SGQ4A80	9BGEB69H0PG230494	1330795358	2022 / 2023	FLEX		I	R\$75.747,00		
16	GM	S10 CD LT 2.8	SSF5G19	9BG148FK0RC406855	1373142097	2023 / 2024	DIESEL		0	R\$214.960,00		
17	GM	*TRAILBLAZER LTZ 3.6 V6 AUT.	OVS-7931	9BG156MD0EC468636	1036545412	2014 / 2014	GASOLINA		IV	R\$248.167,00		

18	GM	*TRAILBLAZER LTZ 3.6 V6 AUT.	QOI-0942	9BG156MB0KC404584	1151960125	2018 / 2019	GASOLINA		I	RS\$292.388,00		
19	GM	VERANEIO CUSTON DE LUXE 4.1	JFO-4857	9BG257NHMMC015990	4995074	1991 / 1991	GASOLINA		V	RS\$29.484,00		
20	HYUNDAI	HR 2.5 TCI DIESEL (RS/RD)	PBF-8661	95PZBN7KPJB073286	1143183891	2017 / 2018	DIESEL		IV	RS\$101.308,00		
21	MMC	*OUTLANDER 3.0 HPES	RED7I75	JMYXLGF4WLZA00211	1228176857	2019 / 2020	GASOLINA		IV	RS\$307.862,00		
22	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0431	93YLM2M1H8J998172	954725271	2008 / 2008	FLEX		VIII	RS\$18.643,00		
23	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0461	93YLM2M1H8J998124	954881893	2008 / 2008	FLEX		VIII	RS\$18.643,00		
24	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0471	93YLM2M1H8J998199	954883047	2008 / 2008	FLEX		VIII	RS\$18.643,00		
25	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0491	93YLM2M1H8J992354	954906225	2007 / 2008	FLEX		VIII	RS\$18.087,00		
26	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0501	93YLM2M1H8J985302	954907353	2007 / 2008	FLEX		VIII	RS\$18.087,00		
27	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0511	93YLM2M1H8J998210	954908538	2008 / 2008	FLEX		VIII	RS\$18.643,00		
28	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0521	93YLM2M1H8J995429	954911059	2008 / 2008	FLEX		VIII	RS\$18.643,00		
29	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0531	93YLM2M1H8J998094	954915097	2008 / 2008	FLEX		VIII	RS\$18.643,00		
30	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0541	93YLM2M1H8J986882	954916328	2007 / 2008	FLEX		VIII	RS\$18.087,00		
31	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3177	93YLM2M1H7J832526	915731371	2007 / 2007	FLEX		VIII	RS\$18.087,00		
32	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3187	9BD17241C53135376	915741067	2007 / 2007	FLEX		II	RS\$18.087,00		
33	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3197	93YLM2M1H7J834062	915735547	2007 / 2007	FLEX		VIII	RS\$18.087,00		
34	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3457	93YLM2E1H7J797551	915729407	2006 / 2007	FLEX		VIII	RS\$17.645,00		
35	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3467	93YLM2M1H7J817780	915742608	2007 / 2007	FLEX		VIII	RS\$18.087,00		
36	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3497	93YLM2M1H7J829453	915734443	2007 / 2007	FLEX		VIII	RS\$18.087,00		

37	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3507	93YLM2M1H7J833083	915736640	2007 / 2007	FLEX		VIII	R\$18.087,00		
38	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3517	93YLM2M1H7J818067	914525794	2007 / 2007	FLEX		VIII	R\$18.087,00		
39	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JKH-8153	93YLM2E1H7J729577	899336760	2006 / 2007	FLEX		VIII	R\$17.645,00		
40	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JKH-8183	93YLM2E1H7J717785	899346820	2006 / 2007	FLEX		VIII	R\$17.645,00		
41	RENAULT	LOGAN DYNAMIQUE HI- FLEX 1.6 8V 4P	PAC-9625	93Y4SRD64FJ744544	1040557322	2015 / 2015	FLEX		V	R\$37.236,00		
42	RENAULT	MASTER 2.3 dCi EXECUTIVE LONGO 16L	PAC-9626	93YVE34MEFJ495891	1040555532	2014 / 2015	FLEX		VII	R\$130.743,00		
43	RENAULT	FLUENCE SEDAN DYNAMIQUE 2.0 16V AUT	PAC-9627	8A1LZLH0TFL647293	1040554439	2014 / 2015	FLEX		I	R\$40.884,00		
44	RENAULT	MASTER 2.3 dCi EXECUTIVE LONGO 16L	REI8E18	93YMAFEXCMJ673996	1247242118	2020 / 2021	FLEX		III	R\$199.330,00		
Valor da frota										R\$3.239.846,00		
Valor total da contratação											R\$	
* VEÍCULOS BLINDADOS												

Declaramos estar de acordo com todos os termos e condições do Edital referente ao Pregão Eletrônico___/2024.

Brasília, de de 2024.

Assinatura do responsável pela empresa

Observações:

Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros e outros que se fizerem necessários (fretes, seguros, etc.), tributos incidentes e outros que se fizerem necessários.

ANEXO III DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024**CONTRATO SJDF N. ----/2024****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO/JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA -----**

Na data de assinatura eletrônica deste Instrumento, de um lado a UNIÃO/JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO DISTRITO FEDERAL, inscrita no CNPJ/MF nº 05.456.457/0001-29, com sede no SAS - Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bl. G, lote 5-B, Brasília-DF, neste ato representado pelo Diretor da Secretaria Administrativa, ERICO DE SOUZA SANTOS, mediante delegação de competência outorgada pela Portaria DIREF nº 515, de 18/02/2022, denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa -----, inscrita no CNPJ/MF nº -----, estabelecida na -----, CEP -----, -----, telefone: (--) -----, neste ato representada por -----da, RG nº -----, expedida pela -----, e CPF nº -----, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato decorrente do Processo Eletrônico nº 0019259-551.2023.4.01.8005 e Pregão Eletrônico nº -----, ficando as partes sujeitas às disposições da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa seguradora para cobertura total da frota de veículos pertencente à Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal, conforme descrições constantes dos Anexos deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – São anexos a este Instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1 - Termo de Referência nº 09/2023 – NUSIT e seus anexos;
- 2 – Edital do Pregão Eletrônico nº ____/____ e seus anexos;
- 3 – A proposta da CONTRATADA e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- 1 - designar um fiscal do Contrato ou mais (Comissão) para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, bem como receber o objeto contratado, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- 2 - prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, relacionados ao objeto pactuado;
- 3 - permitir e facilitar a vistoria aos veículos a serem segurados;
- 4 - proporcionar as condições para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações pactuadas;
- 5 - apresentar à CONTRATADA a documentação referente ao pagamento do prêmio do seguro;
- 6 - fornecer todas as informações ou esclarecimentos relativos a documentos e condições necessários para a cobertura dos veículos objeto deste Contrato;
- 7 - informar a CONTRATADA sempre que houver transferência de veículo;
- 8 - comunicar, por escrito, à CONTRATADA, quaisquer irregularidades verificadas durante a vigência da apólice;
- 9 - manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

1 - obedecer às especificações do objeto, constantes deste Contrato e da proposta apresentada, cumprindo o prazo estabelecido;

2 - emitir e entregar à CONTRATANTE a apólice de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da assinatura do Contrato;

2.1 - enviar a apólice de seguro para o e-mail: **nusit.df@trfl.jus.br**, com confirmação de recebimento, no dia de sua emissão;

2.2 - o fato de a CONTRATADA deixar de entregar a apólice de seguro no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste instrumento, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei;

2.3 - o seguro deverá cobrir os veículos contra prejuízos e despesas devidamente comprovados e decorrentes dos riscos, até o valor das importâncias seguradas;

2.4 - a apólice de seguro deverá conter as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;

3 - preencher e entregar à CONTRATANTE, juntamente com a apólice, o formulário de que trata o Anexo III deste Contrato, contendo os dados dos representantes/prepostos ou daqueles com delegação para representarem as empresas seguradoras, junto a CONTRATANTE;

4 - oferecer serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas, com guincho, em todo o território nacional;

5 - emitir documento que contenha os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias, vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem os riscos, assim como modificações que produzam durante a vigência da apólice;

6 - providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido no prazo de 7 (sete) dias úteis, após comunicado pela CONTRATANTE (entende-se por regularização a autorização para o conserto do veículo);

7 - atender aos chamados da CONTRATANTE para remoção dos veículos sinistrados no prazo máximo de 2 (duas) horas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — A CONTRATADA poderá subcontratar parte do serviço, até o limite autorizado pela CONTRATANTE, conforme art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO — A CONTRATADA será a única e total responsável, perante a CONTRATANTE, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que ele tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se a CONTRATANTE cobrir o débito até a data do vencimento.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATANTE ficará liberada da franquia nos casos de perda total dos veículos (incêndio, danos materiais, explosões e suas consequências).

PARÁGRAFO QUINTO — Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, devendo comunicar à CONTRATANTE imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A CONTRATADA deverá abster-se de revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, inclusive para fins comerciais ou que violem direitos protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº

13.709, de 14/08/2018, a terceiros, bem como não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente no fornecimento de bens ou serviços, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao necessário cumprimento do Contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – A CONTRATADA deverá observar o Código de Conduta, instituído pela Resolução nº 147/2011, do Conselho da Justiça Federal, bem como a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de discriminação, instituída pela Resolução nº 351/2020 – CNJ.

CLÁUSULA QUARTA — DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

São ainda obrigações da CONTRATADA:

1 - responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos gêneros objeto deste Contrato, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

2 - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

3 - assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

4 - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas aos serviços contratados;

5 - assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes deste Contrato;

PARÁGRAFO ÚNICO - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração da CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA — DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Deve-se utilizar meios eletrônicos de comunicação em toda esta contratação como, por exemplo, e-mails para estabelecer contato, obter informações, envio e recebimento de documentos (edital, contrato, apólice, boleto de pagamento de prêmio, ordem bancária, etc.).

CLÁUSULA SEXTA — DO PRAZO E DA ENTREGA DA APÓLICE

A apólice de seguro contratada, cartões dos veículos e qualquer outro documento exigido pela SUSEP deverá ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do início da vigência do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os documentos citados no caput desta Cláusula deverão ser enviados para o e-mail: nusit.df@trf1.jus.br, do Núcleo de Segurança Institucional - NUSIT, **com confirmação de recebimento**. Telefone para contato: (61) 3221-6470.

CLÁUSULA SÉTIMA — DA VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência de 1 (um) ano, **a partir de 13/03/2024**, conforme disposto no art. 105, caput, da Lei 14.133/2021 e observado o disposto no §3º do art. 132 da Lei nº 10.406/2022 - Código Civil Brasileiro, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, conforme disposto no art. 107, caput, da Lei 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A vigência da apólice de seguro será de 1 (um) ano a partir de 13/03/2024.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de prorrogação da vigência do Contrato, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar nova apólice de seguro, com vigência para o novo período de prorrogação, sem interrupção com o período anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A prorrogação da vigência somente ocorrerá caso autorizada formalmente pela autoridade competente e preenchidos, simultaneamente, os requisitos abaixo:

- 1 - prestação regular dos serviços;
- 2 - manutenção do interesse da CONTRATANTE na realização dos serviços;
- 3 - permanência da vantagem econômica para a CONTRATANTE;
- 4 - manifestação expressa da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação;
- 5 - caso a CONTRATADA não tenha sido impedida de licitar e contratar com a União ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução do presente Contrato ocorrerá à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Federal de Primeiro Grau, no Programa de Trabalho _____ e Elemento de Despesa _____.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em _____ foi emitida a Nota de Empenho nº - _____, do tipo _____, no valor de _____.

CLÁUSULA NONA — DO PREÇO

O valor global estimado do contrato é de R\$ _____.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO REAJUSTE

Os preços serão fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado em ____/____/202X.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Após o interregno de 1 (um) ano da data do orçamento estimado os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, mediante solicitação da CONTRATADA, utilizando-se, para o reajuste, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado aquele que o substituir ou que vier a ser determinado pela legislação em vigor. Na falta de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para o reajustamento contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência contratual serão objeto de preclusão com o encerramento do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA EXECUÇÃO

A Execução do Contrato reger-se-á pelo Título III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - Capítulo VI - Da Execução dos Contratos, da Lei nº 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO — A CONTRATANTE designará um fiscal do Contrato ou mais (Comissão) para receber o objeto decorrente da presente contratação e fiscalizar a execução do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO — A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar sua extinção com as consequências contratuais previstas em lei, conforme disposto no Título III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - Capítulo VIII – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS, da Lei nº 14.133/2021, arts. 137 a 139.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

Em conformidade com o art. 140 a Lei nº 14.133/2021, o objeto deste Contrato será recebido da seguinte forma:

1 - o recebimento provisório se dará em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da entrega da apólice no e-mail do NUSIT: nusit.df@trfl.jus.br, para verificação da conformidade do objeto e aferição do direito ao pagamento;

2 - o recebimento definitivo se dará no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento provisório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O embargo do recebimento provisório/definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega e nem servirá como justificativa para qualquer atraso, não acarretando ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso seja embargado o recebimento provisório/definitivo e não providenciada a correção da disfunção verificada, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do embargo, será iniciada a contagem do prazo para aplicação de multa de mora.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante crédito bancário em conta-corrente da CONTRATADA, devendo o documento fiscal vir acompanhado do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT, todos válidos na data do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento dar-se-á no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do termo de recebimento provisório, emitido após a entrega da respectiva apólice e da apresentação do correspondente documento fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para comprovação da regularidade fiscal, os documentos citados no “*caput*” desta cláusula poderão ser substituídos pelo Relatório SIASG/SICAF, que será acostado aos autos do processo de pagamento pela CONTRATANTE, por ocasião da verificação da nota fiscal.

PARAGRAFO TERCEIRO — Além da documentação citada no *caput* desta cláusula, deverá ser apresentada, juntamente com o primeiro documento fiscal encaminhado à CONTRATANTE para pagamento, documento comprobatório de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, na forma prevista e regulamentada.

PARÁGRAFO QUARTO - A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação e qualquer ônus porventura decorrente dessa antecipação constituirá encargo da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO — Havendo erro na nota fiscal, inconsistência dos documentos apresentados, ou, ainda, a ocorrência de problemas de responsabilidade da CONTRATADA, que impeçam a liquidação da despesa ou o descumprimento de qualquer cláusula do contrato, será comunicada a irregularidade à empresa, ficando pendente o pagamento até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nessa hipótese, novo prazo para o pagamento será contado após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento de cobrança, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEXTO – Havendo atraso no prazo estipulado no *caput* desta Cláusula, desde que motivado pela CONTRATANTE, o valor devido será corrigido monetariamente, com base no último percentual divulgado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, pelo período compreendido entre a data do vencimento do prazo de pagamento e da sua efetivação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Para a correção do valor devido, conforme Parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá solicitar formalmente à CONTRATANTE, juntamente com a memória de cálculo e o documento de cobrança.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A aplicação de penalidades à CONTRATADA reger-se-á conforme o estabelecido no Título IV – Capítulo I – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de descumprimento pela CONTRATADA das obrigações previstas neste Instrumento, a CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes sanções:

- 1 – advertência;
- 2 – multa;
- 3 – impedimento de licitar e contratar;
- 4 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos itens 1, 3 e 4 do Parágrafo Primeiro poderão ser aplicadas juntamente com a sanção do item 2 do mesmo Parágrafo.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento), por dia útil, calculado sobre o valor total contratado relativo ao serviço prestado, a título de multa de mora, por descumprimento de obrigação contratual, no cumprimento de prazos previstos neste Contrato e por hora, quando se referir a hora, independentemente de notificação.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação da multa citada no parágrafo anterior será limitada a 20 (vinte) dias úteis, quando se referir a dia útil, sendo esta a data-limite para o cumprimento da obrigação e a 12 (doze) horas, quando se referir a hora, sendo este o prazo limite para o cumprimento da obrigação, independentemente de notificação.

PARÁGRAFO QUINTO - Para as obrigações em que não haja previsão de prazo para a sua realização, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, estabelecendo prazo para o seu cumprimento. Vencido o prazo, a CONTRATADA estará em mora, aplicando-se o disposto no Parágrafo Terceiro desta Cláusula.

PARÁGRAFO SEXTO – A inobservância do disposto no Parágrafo Sexto da Cláusula Terceira, com relação à manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, durante toda a execução do contrato, acarretará a aplicação de multa de 1,00% (um por cento) por ocorrência, sobre o valor global do Contrato, até o limite de 02 (duas) ocorrências.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A existência de 03 (três) ou mais ocorrências descritas no Parágrafo anterior autoriza a Administração a promover a rescisão do Contrato por descumprimento da obrigação, nos termos dos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO OITAVO — Pela inexecução parcial da obrigação, a CONTRATANTE aplicará multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global contratado, sendo-lhe facultado, ainda, extinguir o Contrato e aplicar a sanção prevista no inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021. Entende-se como inexecução parcial a **não** entrega de **parte** do serviço/material até a data-limite para sanar a pendência.

PARÁGRAFO NONO – Pela inexecução total da obrigação, a CONTRATANTE aplicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, sendo-lhe facultado, ainda, extinguir o Contrato e aplicar a sanção prevista no inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021. Entende-se como inexecução total a **não** entrega da **totalidade** do serviço/material até a data-limite para sanar a pendência.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa da CONTRATADA, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da sua notificação, conforme art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE pela CONTRATADA serão deduzidos dos valores a serem pagos,

recolhidos à conta específica da Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal, ou ainda, cobrados judicialmente, nesta ordem;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Caso a CONTRATADA não tenha valores a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para o recolhimento da multa na forma estabelecida no parágrafo anterior;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, conforme art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Caso a CONTRATADA não possa cumprir o(s) prazo(s) estipulado(s) neste Contrato, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste Contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para cumprimento da obrigação deverá ser encaminhada à CONTRATANTE até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério da CONTRATANTE a sua aceitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta será prontamente indeferido, sujeitando-se a CONTRATADA às sanções previstas neste Instrumento.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá a CONTRATANTE, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no Parágrafo Terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Quaisquer alterações no presente Contrato reger-se-ão pelos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021 e poderão ser realizadas mediante termo aditivo formalizado entre as partes ou mediante simples apostilamento, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Toda e qualquer comunicação/informação/notificação/intimação e envio de documentos à CONTRATADA, referentes ao presente Contrato, será feita por meio do e-mail cadastrado no Portal de Compras Governamentais, ou outro que o substitua, informado formalmente na proposta apresentada durante a licitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento e manutenção de e-mail, telefone e endereço atualizado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de inobservância do previsto no caput desta Cláusula ou em caso de frustradas as tentativas de comunicação com a CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação da CONTRATADA, via postal, via motoboy, para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses legais em que se determine publicação no Diário Oficial da União.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As partes comprometem-se a tratar os dados pessoais decorrentes deste Instrumento de acordo com o estabelecido na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

PARÁGRAFO QUARTO – As partes comprometem-se a observar os termos da Resolução nº 147, de 15 de abril de 2011 - CJP, que institui o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus para magistrados, servidores e gestores de contrato no relacionamento com colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores.

PARÁGRAFO QUINTO – As partes comprometem-se a observar os termos da Resolução nº 351, de 28 de outubro de 2020 – CNJ, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

A CONTRATANTE reserva-se o direito de extinguir o presente contrato, por meio de Termo de Rescisão, antes do prazo nele fixado, no caso de ocorrer algum dos motivos previstos nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, resguardados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para a extinção prevista nesta Cláusula, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA — DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos da CONTRATANTE caberão os recursos e pedidos de reconsideração previstos nos arts. 165 a 167 da Lei nº 14.133/2021

PARÁGRAFO ÚNICO — Os recursos intempestivos não serão levados em consideração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA — DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA — DO FORO

Para dirimir questões oriundas do presente contrato, fica eleito o Foro do Distrito Federal.

Erico de Souza Santos
Diretor da Secretaria Administrativa
CONTRATANTE

Representante Legal
CONTRATADA

ANEXO I DO CONTRATO SJ/DF N. ----/2024

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

ITEM	SERVIÇO	ESPECIFICAÇÃO
01	Seguro total da frota SJDF	<p>Seguro com cobertura total de todos os veículos da frota da SJDF ou a serviço desta, contra riscos derivados da circulação, das despesas indispensáveis ao salvamento e ao transporte até a oficina ou local adequado mais próximo do acidente (assistência 24 horas, com guincho) e das indenizações ou prestação de serviços correspondentes às cláusulas de cobertura do seguro, conforme discriminado seguir:</p> <p>a) Roubo ou furto total, bem como danos causados por tentativa de roubo ou furto;</p> <p>b) colisão com outros veículos e objetos fixos, pessoas ou animais, abalroamento e capotagens, ainda que causados por terceiros; incêndio ou explosão que resultem de atos danosos, ainda que praticados por terceiros;</p> <p>c) Incêndio ou explosão quer resultem de atos danosos, ainda que praticado por terceiros;</p> <p>d) quedas acidentais em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo, que dele não faça parte integrante, ou não estejam nele fixados, como também de carga por ele transportada;</p> <p>e) acidente durante o transporte do veículo por qualquer meio comum e apropriado;</p> <p>f) submersão total ou parcial do veículo em água proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;</p> <p>g) chuva de granizo, furacão e terremotos;</p> <p>h) danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros;</p> <p>i) responsabilidade civil facultativa (RCF-danos materiais e corporais);</p> <p>j) acidente pessoal de passageiros (APP - morte ou invalidez);</p> <p>1- danos materiais, não inferior a R\$100.000,00.(cem mil reais)</p> <p>2- danos corporais, não inferior a R\$ 100.000,00.(cem mil reais)</p> <p>k) Acidente de passageiros (APP- morte ou invalidez)</p> <p>1-morte por passageiro, não inferior a R\$15.000,00 (quinze mil reais);</p> <p>2- invalidez por passageiro, não inferior a R\$15.000,00 (quinze mil reais).</p> <p>l) Indenização integralmente a contratante em caso de danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observado os valores atualizados apurados na tabela FIPE- mínimo 100%</p>

	<p>(cem por cento para os veículos segurados.</p> <p>m) Indenização integralmente a contratante em caso de danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observado os valores atualizados apurados na tabela FIPE-mínimo 100 (cem por cento) somado do valor da blindagem, que para efeitos desta contratação, avalia-se em R\$ 145.000,00.</p> <p>*Todos os veículos blindados (Bronco/SGY1D9 item 3, Trailblazer/OVS-7931 item 17, Trailblazes/QOI-0942 item 18 e Outlander/RED7I75 item 21) são do nível IIIA e tipo completa.</p> <p>-valor da franquia terá como parâmetro os valores estabelecidos na tabela do Anexo II deste Contrato.</p> <p>-Os veículos a serem segurados são os relacionados na tabela do Anexo II deste Contrato.</p>
--	--

ANEXO II DO CONTRATO SJ/DF N. -----/2024

PLANILHA DE CUSTOS

IDENTIFICAÇÃO DO VEICULO					ANO /	COMB.	VALOR MÁXIMO	CLASSE DE BÔNUS	VALOR DE MERCADO
ORD.	MARCA		PLACA	CHASSI	RENAVAM	MODELO	FRANQUIA		
1	FIAT	PALIO WEKEEND ELX 1.4 MPI FIRE FLEX 8V	JJU-1331	9BD17301MA4311092	201971143	2010 / 2010	FLEX	IV	
2	FIAT	FIORINO FURGÃO CELEB. EVO 1.4 FLEX 8V 2P	PAC-6497	9BD26512MF9034292	1040130795	2015 / 2015	FLEX	V	
3	FORD	*BRONCO S WILLD 2.0 GAS.	SGY1D91	3FMCR9E92PRD58723	1366706541	2023 / 2023	GASOLINA	0	
4	GM	COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	PBE-1036	9BGJC6920JB173481	1134338756	2017 / 2018	FLEX	V	
5	GM	COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	PBE-1037	9BGJC6920JB173021	1134340033	2017 / 2018	FLEX	V	
6	GM	COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	PBE-1038	9BGJC6920JB172501	1134341498	2017 / 2018	FLEX	III	
7	GM	COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	PBE-1039	9BGJC6920JB172913	1134343490	2017 / 2018	FLEX	V	
8	GM	COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	PBE-1040	9BGJC6920JB173365	1134344497	2017 / 2018	FLEX	V	
9	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	REI5J48	9BGEA69H0MG102204	1248976085	2020 / 2021	FLEX	III	
10	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	SGP0J84	9BGEB69H0PG165200	1324143263	2022 / 2023	FLEX	I	
11	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	SGP0J92	9BGEB69H0PG162636	1324140655	2022 / 2023	FLEX	I	
12	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	SGP1A07	9BGEB69H0PG142653	1324142585	2022 / 2023	FLEX	I	
13	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	SGQ4A76	9BGEB69H0PG221683	1330794076	2022 / 2023	FLEX	I	

14	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	SGQ4A79	9BGEB69H0PG220869	1330794858	2022 / 2023	FLEX		I	
15	GM	ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX MEC	SGQ4A80	9BGEB69H0PG230494	1330795358	2022 / 2023	FLEX		I	
16	GM	S10 CD LT 2.8	SSF5G19	9BG148FK0RC406855	1373142097	2023 / 2024	DIESEL		0	
17	GM	*TRAILBLAZER LTZ 3.6 V6 AUT.	OVS-7931	9BG156MD0EC468636	1036545412	2014 / 2014	GASOLINA		IV	
18	GM	*TRAILBLAZER LTZ 3.6 V6 AUT.	QOI-0942	9BG156MB0KC404584	1151960125	2018 / 2019	GASOLINA		I	
19	GM	VERANEIO CUSTON DE LUXE 4.1	JFO-4857	9BG257NHMMC015990	4995074	1991 / 1991	GASOLINA		V	
20	HYUNDAI	HR 2.5 TCI DIESEL (RS/RD)	PBF-8661	95PZBN7KPJB073286	1143183891	2017 / 2018	DIESEL		IV	
21	MMC	*OUTLANDER 3.0 HPES	RED7175	JMYXLGF4WLZA00211	1228176857	2019 / 2020	GASOLINA		IV	
22	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0431	93YLM2M1H8J998172	954725271	2008 / 2008	FLEX		VIII	
23	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0461	93YLM2M1H8J998124	954881893	2008 / 2008	FLEX		VIII	
24	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0471	93YLM2M1H8J998199	954883047	2008 / 2008	FLEX		VIII	
25	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0491	93YLM2M1H8J992354	954906225	2007 / 2008	FLEX		VIII	
26	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0501	93YLM2M1H8J985302	954907353	2007 / 2008	FLEX		VIII	
27	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0511	93YLM2M1H8J998210	954908538	2008 / 2008	FLEX		VIII	
28	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0521	93YLM2M1H8J995429	954911059	2008 / 2008	FLEX		VIII	
29	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0531	93YLM2M1H8J998094	954915097	2008 / 2008	FLEX		VIII	
30	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JGC-0541	93YLM2M1H8J986882	954916328	2007 / 2008	FLEX		VIII	

31	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3177	93YLM2M1H7J832526	915731371	2007 / 2007	FLEX		VIII	
32	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3187	9BD17241C53135376	915741067	2007 / 2007	FLEX		II	
33	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3197	93YLM2M1H7J834062	915735547	2007 / 2007	FLEX		VIII	
34	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3457	93YLM2E1H7J797551	915729407	2006 / 2007	FLEX		VIII	
35	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3467	93YLM2M1H7J817780	915742608	2007 / 2007	FLEX		VIII	
36	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3497	93YLM2M1H7J829453	915734443	2007 / 2007	FLEX		VIII	
37	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3507	93YLM2M1H7J833083	915736640	2007 / 2007	FLEX		VIII	
38	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JJE-3517	93YLM2M1H7J818067	914525794	2007 / 2007	FLEX		VIII	
39	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JKH-8153	93YLM2E1H7J729577	899336760	2006 / 2007	FLEX		VIII	
40	RENAULT	MEGANE SEDAN EXPRESSION 1.6 16V	JKH-8183	93YLM2E1H7J717785	899346820	2006 / 2007	FLEX		VIII	
41	RENAULT	LOGAN DYNAMIQUE HI-FLEX 1.6 8V 4P	PAC-9625	93Y4SRD64FJ744544	1040557322	2015 / 2015	FLEX		V	
42	RENAULT	MASTER 2.3 dCi EXECUTIVE LONGO 16L	PAC-9626	93YVE34MEFJ495891	1040555532	2014 / 2015	FLEX		VII	
43	RENAULT	FLUENCE SEDAN DYNAMIQUE 2.0 16V AUT	PAC-9627	8A1LZLH0TFL647293	1040554439	2014 / 2015	FLEX		I	
44	RENAULT	MASTER 2.3 dCi EXECUTIVE LONGO 16L	REI8E18	93YMAFEXCMJ673996	1247242118	2020 / 2021	FLEX		III	
Valor da frota										
valor estimado da contratação										
* VEÍCULOS BLINDADOS										

ANEXO III DO CONTRATO SJ/DF N. -----/2024

INFORMAÇÕES DA SEGURADORA

CONTRATO SJ/DF nº

OBJETO:

DADOS DA EMPRESA

Razão Social

Nome Fantasia:

CNPJ/MF:

Endereço:

Telefone: Fax:

CEP: Cidade: UF:

E-mail:

Obs.:

DADOS DO PREPOSTO:

Nome:

RG: CPF:

Cargo/Função:

Telefone Fixo:

Telefone Celular:

E-mail:

Nome/ Telefone do substituto eventual:

Responsável pelas informações fornecidas